

Os trabalhadores da empresa de transportes SCOTTURB continuam a denunciar os problemas com que são confrontados diariamente.

Em 2012 foram já denunciados vários problemas nas Assembleias Municipais dos Concelhos Sintra, Cascais e Oeiras área da concessão onde esta transportadora presta serviço, que vão desde a organização da empresa que afecta directamente os seus trabalhadores até ao serviço público que presta junto das populações, muitos são os motivos de preocupação.

Estes trabalhadores foram confrontados com a redução do pagamento de tempo suplementar em 50%, ora, sabendo nós que dali resultava mais de metade da sua remuneração mensal, facilmente percebemos que caíram no abismo.

No caso dos motoristas mais novos, até aos 50 anos, após um investimento no exame psicotécnico de €45 (em média), exame médico €25 (no mínimo), o custo da carta de condução que ronda os €700, ao que acresce o custo da formação inicial em mais €700 (média), para uma profissão que é remunerada com um salário de €620, muito tempo haverá de passar para que tenham o retorno dos montantes investidos. Para além de tudo isto, são contratados com vínculos precários de contratos a termo e à bem pouco tempo viram-se confrontados com o adiamento da possibilidade de terem um vínculo efetivo.

Nos motoristas mais velhos a formação custa em média €180, onde muito embora a lei seja clara nos períodos e custos imputáveis ao empregador, certo é que os motoristas da Scotturb e Vimeca/LT suportam este pagamento e fazem a formação fora do (PNT) período normal de trabalho.

Na SCOTTURB e Vimeca/LT fazia-se o escalamento de motoristas com médias de prestação de tempo extraordinário em mais 3h/dia (ou seja 11 a 12h/dia), ora, com a redução do pagamento aumentaram as jornadas de trabalho para quase 5h/dia (ou seja 13 a 14h/dia), em vez de se contratarem mais trabalhadores aumentaram-se as cargas horárias, sendo verdade que sai mais barato, na verdade também se diminuí os níveis de segurança devido ao cansaço.

No âmbito da Negociação Colectiva, desde que esta gerência tomou posse, apenas se consegue cumprir o calendário de reuniões com a intervenção da DGERT, onde comparecem com propostas de aprofundamento da exploração e precariedade e sem qualquer espírito negocial.

Aliás, todos nós ainda nos lembramos da atitude provocatória e de verdadeira afronta, onde foram prejudicadas muitas das pessoas que são transportadas pelas operadoras *VIMECA* e *SCOTTURB* no âmbito da pretensa saída dos passes sociais, pois, continuamos a falar do mesmo gerente. São de ter em conta todos estes factores, mais os que decorrem de denúncias dos trabalhadores junto da ACT, denúncias do aumento dos tempos seguidos de condução em conjunto com os ritmos de trabalho, aumento desumano das jornadas de trabalho, do aumento das injustiças em que estão identificados alguns trabalhadores como estando a sofrer represálias no interior da empresa.

Foram denunciadas várias situações, por exemplo: aos motoristas foram cobrados valores após terem sido assaltados; que partem um espelho quando o estão a regular; que fazem greve; que são membros das estruturas representativas dos trabalhadores; que ganham processos em tribunal e vêm reparada a injustiça por determinação de um Juiz; que não aceitam fazer prestação de contas fora do seu período normal de trabalho; todos eles são alvo de duras medidas disciplinares (sejam dias de suspensão sem vencimento e/ou mesmo o despedimento) ou então são colocados no interior do parque em serviços internos ou mesmo fechados na sala de motoristas sem a atribuição de qualquer tarefa.

No caso de um motorista ser agredido a empresa não lhe presta qualquer apoio, estão a ocorrer duas situações da qual resultaram em incapacidade para desempenhar funções como motorista, mas a empresa não arranja outra solução que não seja a via judicial. Trata-se de agressões muito graves no decurso de um assalto ao serviço da empresa Vimeca. O Sindicato e a Comissão de Trabalhadores fizeram propostas de melhoramento a nível de segurança, como: viaturas com cabine fechada para o motorista, alarmes, fiscalização ou policiamento de prevenção, etc. mas tudo isto continua sem resposta.

Muitos são os locais onde os trabalhadores permanecem sem local para tomar refeição, sem instalações sanitárias (havendo mulheres e homens motoristas); rendições fora dos terminais principais sem abrigos nem segurança; prestação de contas obrigatória em muitos dos casos fora do horário de trabalho. Foram feitos contactos com a autarquia de Oeiras quando ainda estavam a decorrer as obras do terminal de Oeiras no sentido de perceber se estavam acauteladas algumas instalações sanitárias nesse terminal, apesar da resposta ter sido positiva, até agora desconhecemos as soluções para aquele local que foi recentemente requalificado.

Queremos ainda dar nota dum grupo de trabalhadores que enviaram uma carta à Gerência da empresa, exigindo a sua integração na função para o qual foram contratados, sendo que a esta nem sequer obtiveram resposta.

O dirigente sindical que é motorista naquela empresa há 15 anos, sendo o mesmo que transpôs os apelos dos trabalhadores para a população e autarcas em 2012, está em reserva permanente no parque da Adroana há 1 ano e meio (de castigo), sem que lhe seja proporcionada formação para exercer a sua profissão, este trabalhador é objeto de diminuição salarial e pressionado pelo fator psicológico de ver os seus colegas saírem todos os dias sem que a ele lhe seja permitida a ocupação efectiva do posto de trabalho.

Deixamos aqui o alerta!

As entidades responsáveis pela observância do serviço que é prestado pelas empresas SCOTTURB e VIMECA/LT terão conhecimento sobre as circulações que são suprimidas, alteradas ou perturbadas por avarias crónicas das viaturas, ou da aposta na manutenção dum grupo de motoristas na sede da empresa sem permissão de render outro colega, dos horários apertados, das cargas horárias de jornadas de trabalho desumanas a que se entregam os motoristas que transportam diariamente a população destes Concelhos?

Será que sabem o processo pelo qual os passageiros estudantes, idosos ou outro comum passageiro passa quando solicita uma simples justificação para entregar na escola ou entidade patronal e se vê confrontado com o facto de ter de se deslocar à sede da empresa ou esperar 5 dias por um simples papel?

Será o modelo de transportes públicos prestado por privados que satisfaz os anseios de mobilidade das populações neste e noutros concelhos?

Será que no âmbito da competência do poder autárquico não é possível exigir responsabilidades por todas estas ocorrências?

A gravidade da diminuição dos níveis de segurança que decorre dos ritmos de trabalho, bem como das cargas horárias a que se sujeitam os profissionais afecta não só os utentes, mas todos quantos se cruzam diariamente com os autocarros em serviço... Estes horários de trabalho de cada motorista estão afixados no interior da empresa, mas poderão e deverão ser fiscalizados... A ACT ser chamada a atuar!